

Lei nº 537/2003

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar serviços na área da saúde e dá outras providências.

MARCELO PORTALUPPI, Prefeito Municipal Vespasiano Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber, que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e *Eu sanciono* e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar serviços na área da saúde para os seguintes atendimentos a população do município:

- 1) Contratação do Hospital Beneficente Nossa Senhora Aparecida para os seguintes atendimentos: Internação 24 horas (observação); Ecografias – 50% pago pela administração; Procedimentos ambulatoriais (suturas, retirada de nódulos e cistos, retalhos para biopsia, imobilizações com tala gessada); Internações de mais de 48 horas via SUS; Cirurgias eletivas via SUS com o valor de R\$ 250,00 pago por anestesia ao médico anestesista.
- 2) Contratação de dois profissionais na área médica para os seguintes atendimentos: Procedimentos ambulatoriais (suturas, retirada de nódulos ou cistos, retirada de retalhos para biopsia, imobilizações com tala gessada etc...); Cirurgias SUS; Internações de observação 24 horas; Internações 48 horas SUS; Consultas em horário de expediente; Consultas de plantão nos seguintes horários (De segundas à sextas-feiras no horário das 19:00 horas às 07:00 horas da manhã, e aos sábados, domingos e feriados, 24 horas) por R\$ 40,00 (quarenta reais) sendo cobrado R\$ 10,00 (dez reais) do paciente e R\$ 30,00 (trinta reais) pagos pela Prefeitura.

Art. 2º Para os serviços contratados com o Hospital Beneficente Nossa Senhora Aparecida fica fixado o valor máximo mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Para os serviços médicos será pago R\$ 1.000,00 (hum mil reais) fixo para cada profissional, além dos atendimentos de plantão, descritos no item 2 acima.

Parágrafo único. Os atendimentos descritos nesta Lei serão autorizados pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 3º Os contratos a serem firmados, vigorarão por tempo indeterminado, podendo ser rescindidos unilateralmente com aviso prévio de 30 (trinta) dias,.

Art. 4º Os recursos para atendimento às despesas provenientes desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária da área da Saúde, já inseridas no orçamento municipal.

Art.5º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vespasiano Corrêa

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e três.

Marcelo Portaluppi
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Plínio Portaluppi
Secretário Municipal de
Administração e Finanças